
O ARGUMENTO DA “MISTURA”, A POLITICA INDIGENISTA E O TERRITÓRIO-TERRITORIALIDADE ENTRE OS TENETEHAR-TEMBÉ NA FRONTEIRA PARÁ-MARANHÃO

THE “MIXTURE” ARGUMENT, INDIGENOUS POLICY AND TERRITORY-TERRITORIALITY AMONG THE TENETEHAR-TEMBÉ ON THE PARÁ-MARANHÃO BORDER

EL ARGUMENTO DE LA "MEZCLA", LA POLÍTICA INDIGENISTA Y EL TERRITORIO-TERRITORIALIDAD ENTRE LOS TENETEHAR-TEMBÉ EN LA FRONTERA PARÁ-MARANHÃO

Vanderlúcia da Silva Ponte
(PPLSA/UFPA)
Pará-Brasil
vantutorapa@gmail.com

Benedito Emílio da Silva Ribeiro
Mestrando (PPGDS/MPEG)
Pará-Brasil
emiliosilvaribeiro20@gmail.com

RESUMO

Este artigo debate aspectos da produção do território e territorialidade entre os Tenetehar-Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá, a partir dos conflitos entre as ações da política indigenista empreendida pelo SPI e FUNAI, aqui entendidos enquanto elementos fundamentais para a constante construção e demarcação de sua identidade e indianidade. Através da leitura e análise de documentos históricos do acervo digital do Museu do Índio, intercruzada com os dados etnográficos e sócio-históricos levantados nesta pesquisa, enfatizou-se os conflitos em torno do território e processos de autonomia Tembé na gestão e usos dos recursos na TIARG. A pesquisa buscou interpretar a trajetória dos Tenetehar-Tembé a partir de suas narrativas, saberes e historicidade, os quais se posicionam em vistas de sua autonomia e indianidade, retomando antigas alianças e processos históricos com povos e comunidades da fronteira Pará-Maranhão.

Palavras-chave: Pará-Maranhão; território Tembé; indianidade; conflitos; resistências.

ABSTRACT

This article discusses aspects of territory production and territoriality among the Tenetehar-Tembé of the Alto Rio Guamá Indigenous Land, based on the conflicts between the actions of the indigenous policy undertaken by SPI and FUNAI, understood here as fundamental elements for the constant construction and demarcation of their identity, and Indianity. Through the reading and analysis of historical documents from the digital collection of the “Museu do Índio” intercrossed with the ethnographic and socio-historical data raised in this research, the conflicts over the territory and processes of Tembé autonomy in the management and use of resources in the TIARG. The research aimed to interpret the Tenetehar-Tembé’s trajectory based on their narratives, knowledge and historicity, which are positioned in terms of autonomy and Indianity, resuming old alliances and historical processes with peoples and communities on the Pará-Maranhão border.

Keywords: Pará-Maranhão; Tembé territory; Indianity; conflicts; resistance.

RESUMEN

Este artículo discute aspectos de la producción y territorialidad del territorio entre los Tenetehar-Tembé de la Tierra Indígena Alto Río Guamá, basado en los conflictos entre las acciones de la política indígena emprendida por SPI y FUNAI, entendidos aquí como elementos fundamentales para la construcción y demarcación constante de su identidad e indianidad. A través de la lectura y análisis de documentos históricos de la colección digital del Museo del Indio, entrecruzados con los datos etnográficos y socio históricos planteados en esta investigación, los conflictos sobre el territorio y los procesos de autonomía de Tembé en la gestión y uso de los recursos en el TIARG. La investigación buscó interpretar la trayectoria de Tenetehar-Tembé con base en sus narrativas, conocimiento e historicidad, que tienen en cuenta su autonomía e indianidad, reanudando viejas alianzas y procesos históricos con pueblos y comunidades en la frontera de Pará-Maranhão.

Palabras clave: Pará-Maranhão; territorio Tembé; conflictos, resistencias.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar os processos de construção e (re)afirmação do território, e territorialidade, do povo Tenetehar-Tembé no nordeste paraense. Buscamos, com isso, pontuar e problematizar as mobilizações em torno da identidade, da organização social e política, do uso e manejo dos recursos naturais nas aldeias da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), localizada entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi. E, igualmente, dimensionamos os conflitos, internos e externos, que também auxiliam, de diferentes modos, no agenciamento desses processos entre os Tembé.

Assim, as reflexões aqui apresentadas foram resultantes de investigações sócio-históricas realizadas por meio da leitura e análise de documentos digitalizados sobre a política indigenista do SPI no estado do Pará, como relatórios de inspeção, cartas, ofícios e demais fontes históricas, os quais estão disponíveis no acervo do Laboratório de História e Patrimônio Cultural da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança. Além destes, também nos voltamos para recortes de jornais que versavam sobre a política da FUNAI, existente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Essas fontes documentais foram confrontadas com as atividades etnográficas junto aos Tenetehar-Tembé.

Desde 2010, em trabalho de campo para a realização da tese de doutorado, a pesquisadora Vanderlúcia Ponte vem atuando junto aos Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá. Logo após o doutorado, a pesquisadora iniciou um projeto de mapeamento das plantas medicinais e registro dos saberes dos “velhos”, tendo, à época o discente Benedito Emilio como bolsista, que desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso e ingressou no mestrado abordando a temática do território e da territorialidade entre os Tembé.

Por meio desse projeto, e outros desenvolvidos desde 2016 na UFPA/Bragança, ambos os pesquisadores puderam interagir com as lideranças, caciques, mulheres, jovens, crianças e velhos das aldeias Tembé, nas mais diversas atividades como assembleias, incursões nas matas, participando do cotidiano na aldeia, nas escolas, nos rituais e festas, e encontros e reuniões

fomentados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM) nas dependências do Campus de Bragança, com a presença dos Tembé.

As atividades nas aldeias foram norteadas pelas referências dadas por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) acerca do método etnográfico e das faculdades que compõem o ofício do antropólogo: o olhar, o ouvir e o escrever. Segundo o autor, a observação e escuta atentas e sensíveis captam os elementos nativos e orientam a escrita, ou interpretação e textualização realizada sobre a cultura do outro, produzindo um discurso disciplinar e polifônico que abarque tais percepções do campo. Isso nos possibilitou compreensões mais aprofundadas sobre as práticas cotidianas e os conflitos que se ligam às dinâmicas do território e da identidade entre os Tembé, que incorporam respostas culturais imersas em suas teias de significado “por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seus conhecimentos e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 2015, p. 66).

Através dessas observações em campo e do levantamento de informações em documentos oficiais e junto aos Tembé, por meio de entrevistas ou conversas informais, constatamos que a questão do território é central nos contextos de lutas étnicas deste povo tupi. Ainda que outras questões sejam postas em pauta nas suas reivindicações políticas, como a saúde e a educação diferenciadas, para os Tembé o território é fundamental e o primeiro ponto a ser defendido perante a sociedade não indígena, incorporando as demais lutas por direitos. Como dito por América Tembé: “Essa terra para nós significa tudo” (Entrevista realizada com América Tembé, aldeia Sede, em 20 de setembro de 2015). Ou seja, a terra para os Tembé é história, é cultura, é alimento, e sem ela os Tembé não podem viver!

Assim, para entender melhor essas relações dos Tembé com o território, dividimos o artigo em duas seções. Na primeira, debatemos acerca da política indigenista do SPI e da FUNAI, demonstrando como o discurso assimilacionista buscava alterar a indianidade e facilitar o acesso das terras indígenas para a frente de expansão agrícola, ao passo que os Tembé tentava resistir a esses ditames. Em seguida, traçamos um panorama dos conflitos e da autonomia Tembé em defesa do território e de sua territorialidade, destacando os dispositivos

políticos articulados pelos Tembé, como o “Mosaico Gurupi”, um espaço importante de sociodiversidade na fronteira Pará-Maranhão, que reativa a dinamicidade sócio-histórica, cultural e ecológica de diferentes povos e comunidades nessa região.

O CONTROLE DA “MISTURA”, A POLÍTICA INDIGENISTA E AS DISPUTAS PELO TERRITÓRIO TEMBÉ NO NORDESTE PARAENSE

Os Tenetehar-Tembé que habitam a Terra Indígena Alto Rio Guamá possuem dois subgrupos de aldeias: aquelas dispostas ao longo do rio Gurupi (17 aldeias no total) e aquelas ao longo do rio Guamá (16 aldeias). Trata-se de uma terra de 279.997,70 ha, para onde o povo Tembé foi deslocado junto com os Timbira, Ka’apor e Guajajara, por meio do decreto 307 de 21/03/1945 (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Diário Oficial*, 27 de março de 1945. M. 98, f. 1322), do então interventor Federal Joaquim Magalhães Barata. Seu perímetro total, segundo dados da FUNAI, de 2013, é de 366.292,90 m. Esta área faz limite atualmente com os municípios paraenses de Capitão Poço, Santa Luzia do Pará, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Vizeu, Cachoeira do Piriá e Paragominas, e com o município maranhense de Centro Novo do Maranhão.

Wagley e Galvão (1961) confirmam a movimentação dos Tembé entre o Pará e Maranhão e sugerem que os Tenetehar seriam originários do rio Mearim, no estado do Maranhão, de onde teriam partido para chegar aos rios Gurupi e Guamá, no sentido oeste/leste. Gomes (2002) acredita, contudo, que a migração dos Tenetehar, para os rios Gurupi e Guamá, teria ocorrido a partir do sentido leste-oeste, talvez vinda do rio Tocantins, no atual estado do Pará. Tal hipótese, levantada inicialmente pelo etnólogo Curt Nimuendaju, teria se confirmado por meio de um estudo do contraste linguístico entre os grupos tupi-guarani e gê, por ele mesmo realizado. O fato é que os Tembé sempre tiveram intenso deslocamento nessa região de fronteira

entre o Pará e o Maranhão, criando laços de parentesco, atividades econômicas, políticas, culturais e simbólicas com esses espaços.

A política indigenista consolidada no período republicano, na região de fronteira Pará-Maranhão, buscava conter o fluxo de deslocamentos dos povos indígenas nessa região, que por meio da implantação dos Postos Indígenas tentava produzir a atração e pacificação do povo Ka'apor. Para isso, era necessário desenvolver um processo de intermediação com esses indígenas "arredios". Com esse propósito, os Tembé foram incentivados a migrar de suas aldeias nas cabeceiras do rio Gurupi e transferirem-se para as proximidades do Posto Felipe Camarão e Pedro Dantas, no intuito de também auxiliarem as tarefas dos agentes do SPI no trato com os Ka'apor, uma vez que aqueles eram vistos como mais dóceis e mais civilizados (PONTE, 2014; RIBEIRO, 2019). Assim, alguns Tembé passaram a morar nas imediações do posto e ajudar o SPI, porém a maioria se manteve em suas aldeias, que eram constantemente visitadas pelos agentes do órgão indigenista.

Já no caso do Guamá, os Tembé que residiam naquela região foram formalmente contatados pelo SPI na década de 40, com os processos de criação de um posto indígena e as ações para criação de uma "reserva". Essas terras reservadas, mais tarde conhecidas como Reserva Indígena Alto Rio Guamá (RIARG)¹, seriam destinadas aos Tembé (do Guamá, Gurupi e Acará, bem como aos Turiwara, Ka'apor, Timbira e Awá-Guajá) para que estes pudessem ser localizados e educados para sua transformação em sujeitos nacionais a fim de que trabalhassem a terra e desenvolvessem produções agrícolas para alimentar o comércio local (RIBEIRO, 2019).

¹ Cabe-nos fazer uma diferenciação das siglas RIARG e TIARG, para não haver confusões sobre seus usos no texto. RIARG, no sentido de "reserva", é marcada por um entendimento de transitoriedade do indígena, de confinamento territorial, restrições e violências simbólicas. Já a sigla TIARG demarca os processos políticos e jurídicos de reconhecimento e legitimidade dos territórios indígenas e das práticas de autogestão dos povos originários, consagrados na Constituição de 1988 e conquistados pela assídua mobilização dos movimentos indígenas nas décadas de 1970 e 1980.

Assim, a decisão tomada pelo Estado brasileiro no sentido de consolidar a interligação do Pará com o Maranhão tornou-se evidente no início do século XX. A introdução de linhas telegráficas no território Ka'apor e a construção da estrada Belém-Bragança constituíram-se em exemplos claros da investida direcionada para as regiões do Gurupi, então rica em ouro, madeira e drogas do sertão, e do Guamá, com forte vocação agrícola e de extração madeireira. O contato dos Tembé com os Ka'apor teria se efetivado por volta de 1928, tendo os Tembé contribuído de modo significativo para o “sucesso” da pacificação.

Relatos orais feitos pelos atuais moradores das aldeias Cajueiro e Tekohaw permitem verificar os Tembé em constante contato com os demais povos do lado oposto do rio Gurupi, e confirmam a circulação e moradia Tembé no Maranhão. A lista das “aldeias velhas” e áreas consideradas de uso sagrado pelos Tembé, identificadas e nomeada por Sergio Muxi, Puluta e Xinaí Tembé, revela a forte relação deles com os demais grupos do Gurupi, no lado do Maranhão, os quais também circulavam pelo Gurupi do lado do Pará e/ou constituíam aldeias naquelas proximidades.

Quadro 1: “Aldeias velhas” dos Tembé do Gurupi

ALDEIAS VELHAS - RIO GURUPI	
1. Kokal (Gurupi-MA)	6. Pedra de Amolar (Gurupi-MA)
2. Tekohaw Ywytu/Bate Vento (Gurupi-MA)	7. Rio das Pedras (Gurupi-MA)
3. Jararaca (Gurupi-PA)	8. Uru'ai (Gurupi-PA)
4. Rabo de Mucura (Gurupi-MA)	9. Ywatyw (Gurupi-MA)
5. Banha (Gurupi-PA)	

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Com relação aos Tembé do Guamá, grande parte da documentação histórica produzida sobre eles pelo Estado, sobretudo pelo SPI e pela FUNAI, bem como a literatura antropológica clássica anteriores a década de 1980, referem-se aos Tembé do Guamá como fortemente “miscigenados”, já muito integrados à sociedade nacional. Percebemos a intenção de apresentá-los com um grupo que já não poderia ser considerado “verdadeiramente indígena”, sendo destituído de sua indianidade e em processo de transformação em caboclos.

Podemos entender a produção e uso recorrente desse discurso e argumento da “mistura” quando analisamos a expansão econômica na região Guajarina. Francisco de Assis Costa (2012) aponta para uma expansão populacional significativa no nordeste paraense, sobretudo nas regiões Bragantina e Guajarina, que se intensificou com a implantação da ferrovia Belém-Bragança e os fluxos de produtos agrícolas para atender as demandas da capital Belém. Esse crescimento populacional foi acompanhado de um controle sobre a circulação dos Tembé do Guamá por essa região, pelo órgão indigenista que buscava liberar as terras do nordeste paraense para expansão da fronteira agrícola na Amazônia.

Na década de 1940, por conta da Batalha da Borracha e do aumento nos fluxos migratórios, como argumenta Costa (2012), a produção de látex trouxe um duplo impacto para os Tembé do Guamá. O primeiro resultou na atração de segmentos populacionais, que trouxeram para a região novas atividades econômicas e expansão da infraestrutura de transportes. O segundo impacto resultou do crescimento da agropecuária na região. Em consequência desses movimentos migratórios e da alteração do perfil econômico regional, e diante da omissão governamental em face da necessidade de uma reforma agrária, inevitáveis conflitos pela posse da terra começaram a eclodir. Para contornar a situação, garantir a mão de obra ao desenvolvimento agrícola e liberar as terras para este setor econômico, o SPI passou a atuar como intermediário entre os indígenas e os atores envolvidos com a exploração agrícola.

A intenção de liberar as áreas indígenas, no entanto, não se fazia sem o apoio de intelectuais e cientistas que, atrelados ou não a burocracia estatal, ajudavam a consolidar a imagem que desqualificava os Tembé. A estratégia se baseava na definição autoritária de “quem

era índio” e “quem não era mais”. Aos olhos das forças econômicas e dos governos, ser indígena era considerado um “atraso” para a concretização de um novo projeto econômico para a região. A literatura paraense é rica em exemplos desta vertente depreciativa dos povos indígenas. Expedito Arnaud, por exemplo, achou por bem distorcer parcialmente a narrativa de Jorge Hurley, autor que servia de referência para seus escritos, ao descrever os Tembé como grupo que vivia em “estado de promiscuidade e com diversas” mulheres Tembé, tendo estas contraído casamentos com pretos”, quando Hurley, na verdade, apenas menciona ter “encontrado algumas mulheres Tembé vivendo com pretos” (SALES, 1999, p. 40-41).

Um relato de Lourdes – diretora da Escola de Ensino Fundamental e Médio Felix Tembé, da aldeia Sede, e esposa de Piná Tembé – confirma os propósitos econômicos dos governos locais para com os Tembé do Guamá e fornece pistas importantes sobre a forma pela qual os Tembé eram vistos pelos comerciantes. Segundo ela, em conversa conosco, os Tembé viviam em terras onde hoje se encontram os municípios de Capitão Poço e Ourém. Anteriormente à criação da “reserva”, os Tembé circulavam livremente na área do Guamá, Capim e Gurupi onde desenvolviam atividades de coleta de produtos da floresta, caça e pesca. No Maranhão, contudo, por medo de ataques e conflitos violentos com os Ka’apor, não se deslocavam na área controlada por esse grupo, como refere Lourdes. Com os movimentos migratórios do Nordeste brasileiro para a Amazônia, agricultores nordestinos começaram a disputar a terra com os Tembé, gerando muitos conflitos. Com o crescimento populacional, novos municípios foram criados, como foi o caso de Capitão Poço. Após o surgimento destes, o Posto Indígena da aldeia Sede foi criado e a “reserva” indígena efetivada.

Com isso, os Tembé do Guamá foram transferidos para o lado esquerdo do rio, mas, ainda assim, os Tembé continuaram usando a terra ocupada tradicionalmente, seja para as atividades econômicas, seja para o lazer e os rituais, porque do lado direito do rio encontravam-se seus antepassados, mas também porque ainda mantinham contato com moradores e alguns comerciantes de Ourém e Capitão Poço. A relação com os comerciantes de Capitão Poço era mais pacífica, segundo Lourdes, porque estes já conheciam os “hábitos” dos Tembé, e com eles

estabeleciam trocas comerciais. Com Ourém, entretanto, a relação era conflituosa, já que os Tembê “saqueavam” os comércios, à semelhança dos Ka’apor, que agiam da mesma maneira quando entravam nas aldeias dos Tembê.

Relatos de moradores da atual aldeia Sede e Ytahú fazem referência à existência de aldeias e forte vinculação dos Tembê do Guamá com áreas que são hoje de municípios próximos, sobretudo Ourém e Capitão Poço. Tratam-se de terras consideradas pelos Tembê como sendo de uso sagrado, porque ali estão seus antepassados e porque foram, outrora, seus locais de moradia. Atualmente, esses locais são denominados “aldeias velhas” pelos Tembê. Embora não estejam dentro dos limites da TIARG, estas aldeias estão na memória do grupo e representam uma forte referência histórica para eles. A seguir, encontra-se uma relação das “aldeias velhas” identificadas por Pelé, Joca e Nazaré Tembê:

Quadro 2: “Aldeias velhas” dos Tembê do Guamá

ALDEIAS VELHAS GUAMÁ	
1. Jeritequara (Guamá - margem esquerda)	6. João Antônio (Guamá - margem esquerda)
2. Igarapé Vermelho (Guamá - margem esquerda)	7. Igarapé Ipiranga (Guamá - margem esquerda)
3. Igarapé Panelão (Guamá - margem esquerda)	8. Pedro Soares (Guamá - margem esquerda)
4. Raimundo Carneiro-Tapera (Guamá - margem esquerda)	9. Curupiraquara (Guamá - margem esquerda)
5. Igarapé São José (Guamá - margem esquerda)	10. Igarapé Miri (Guamá - margem esquerda)

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em 1945, tendo em conta a política do SPI de aproveitar os indígenas como agricultores e como mão de obra para seus serviços, o órgão indigenista instalou o Posto Indígena Tembé, onde hoje está localizada a aldeia Sede, primeiro e único posto existente no Guamá, criado depois de instalada a “reserva”. Trata-se de um território contínuo atravessado pelo rio Gurupi e interligado com a atual Terra Indígena Alto Turiaçu, extensão ocupada pelos Ka’apor, Awá-Guajá, Guajajara e Timbira. O recorte escolhido espelha uma estratégia do SPI que contribuiu para a segregação, criando certo isolamento e impedindo a livre e constante circulação de grupos que, justamente por meio de sua movimentação constante, estabeleciam relação entre si, conflitavam, criavam e recriavam suas dinâmicas culturais.

O relato de Patika Tembé, apresentado abaixo, fornece importantes pistas para a compreensão da natureza da intervenção do SPI nas terras e aldeias Tembé no Gurupi. Primeiro, porque descreve a movimentação dos Tembé e fala do contato que mantinham com os indígenas do Maranhão, sobretudo os Ka’apor. Segundo, porque deixa ver como foram criados os postos de atração que, no dizer de Patika Tembé, tinham como propósito “amansar” os Ka’apor, utilizando-se, para tal, da intermediação dos Tembé nesses processos:

Patika: Eu, o meu pai, morava no Gurupi, o rio grande aí, chamava Igarapé Grande lá. Então não tinha outro índio, tinha só o Tembé, era aqui, não tinha Tekohaw, não tinha o Lauricatú, não tinha ninguém, só era Canindé, Jararaca. **Vanda:** Outra aldeia? Jararaca? **Patika:** Outra aldeia é do Jararaca lá pra dentro do Maranhão, pro lado do Maranhão. O nome dessa aldeia chamava é Maracaçumé, o nome da aldeia lá, tudo por aí o índio andava, era aldeia de índio, então. **Vanda:** Por que tinha essa dispersão grande, por que os Tembé andavam tanto assim? **Patika:** Porque eles andavam correndo dos Ka’apor, que não tinham como fazer a morada e eles trabalhava pra poder ter as coisa, eles fazia roubando (refere-se aos Ka’apor), atacando, morrendo. **Vanda:** E como é que os Tembé se defendiam? **Patika:** Os Tembé se defendiam ajudando a amansar Ka’apor, aqui no Canindé. Ali que eles atravessavam pra ir pro Guamá, até pra lá pro Guamá. **Vanda:** Amansavam como? **Patika:** Amansando, assim, levando mercadoria pra eles, levando roupa pra eles, levando ferramenta pra eles. Até que um recebeu mercadoria, recebeu, aí foi embora. Quando uma época chegou, outra vez aí foi amansando. **Vanda:** Aí depois ficaram amigos, foi? **Patika:** Depois, depois de manso eles (refere-se ao SPI), afundaram o Canindé, foi posto pra eles. Fundaram o Jararaca, por aí que eles andavam. Fundaram o posto Maracaçumé,

² Vanda refere-se a Vanderlúcia da Silva Ponte, nome como a pesquisadora é conhecida entre os Tembé.

eles andavam, então eles iam pro Jararaca, recebiam ferramenta, e vinha pro Canindé. Recebiam ferramenta, roupa essas coisa tudo ia pro Maracaçumé assim, até que amansaram, fizeram a via deles também. Ai pronto, ai acabou a briga, pra terminar essa briga, ficou tudo manso. Agora a gente não andava mais com medo deles, já manso. Mataram um chefe no posto do Canindé, mataram o irmão do chefe do posto, chamava pra ele de... é, no tempo do SPI, matou o chefe do posto lá, pronto (Entrevista com Patika Tembê, aldeia Cajueiro, em 20 de janeiro de 2011).

De acordo com os relatos de Patika, os Tembê viviam anteriormente no Igarapé das Pedras, onde começaram a “pacificar os Ka’apor” ou, em suas palavras, a “amansar os Ka’apor brabos”. “Pacificar” ou “amansar”, na linguagem nativa, são elementos da política indigenista implantada pelo SPI, que buscava conter os frequentes conflitos entre os povos indígenas, principalmente entre os Timbira, da região do Pindaré, os Ka’apor e os Guajajara. A criação da RIARG articulava-se a dois propósitos do Estado-nação brasileiro: a integração social dos indígenas na sociedade envolvente e as restrições de sua mobilidade no território. Isso demarca a definição/imposição, de uma outra (arbitrária) territorialidade desde o Estado, com sua razão instrumental e ideologia de expansão territorial (LITTLE, 2002, p. 6-7).

Além disso, naquele contexto histórico da política indigenista aplicada pelo SPI, uma nova categoria no rol de elementos estruturantes do exercício tutelar sobre os povos indígenas era acionada: o aspecto da *nacionalização* (LIMA, 1995), que buscava incutir nos indígenas traços identitários e sentidos de pertencimento nacional, para trazer à tona seu potencial para servir a pátria brasileira. Esse elemento já era comum em áreas transfronteiriças, com suas disputas constantes em torno da legitimidade de ocupação e imposição de nacionalidade aos povos indígenas dessas regiões, como avaliado por Claudia López Garcés (2014) em seu estudo sobre os Tikuna da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

Lima (1995) analisou profundamente o que representou a ação indigenista do SPI e da FUNAI, dando maior atenção ao primeiro. Sua interpretação é que a política dos referidos órgãos se baseou em uma estratégia de guerra, entendida como “guerra de conquista”, pois estava implícita uma ação militar do Estado-nação. Para o autor, a “guerra de conquista” e o “poder tutelar” do Estado articularam um conjunto de procedimentos, que envolvia uma ação

radical sobre a alteridade dos povos conquistados e implicava em processos interpretativos e representativos da imagem dos indígenas. Baseada fortemente no ideal positivista, a política indigenista do período buscava consolidar um processo de integração susceptível de fortalecer a identidade nacional.

A matriz que sustentava a ação indigenista do SPI apoiava-se na ideia de transitoriedade dos povos indígenas, que exigia do Estado medidas de proteção para impedir que perdessem totalmente sua indianidade devido o contato frequente com os “civilizados”. Com esse intuito, o órgão protetor deveria atuar como elo facilitador do processo de colonização dos indígenas. Ainda segundo o autor, a conquista se operava por meio da construção de uma nova consciência da alteridade indígena e da capacidade de utilizá-la instrumentalmente para manipular o “inimigo” (índios considerados hostis). Assim, a ação da política indigenista fortaleceu no imaginário coletivo representações sobre índios “selvagens” e “brabos”, de um lado, e índios “civilizados” e “mansos”, do outro, sendo que ambos deveriam ser inseridos na sociedade nacional. É desta forma que se fazem presentes, como pontua Lima, os planos axiológicos e praxiológicos da política assimilacionista do SPI.

Os Tembé, considerados “mais adaptados” por conta de sua longa história de contato com a sociedade não indígena, representavam um grupo mais “civilizado” de “índios mansos”. Portanto, estavam em condições de intermediar o contato da sociedade brasileira com os “índios brabos”, entre outros os Ka’apor, garantindo sua total assimilação. O plano epistêmico pode ser identificado pela observação da ação do órgão indigenista em relação aos grupos Ka’apor e Tembé. Apesar de saber da relação de hostilidade que havia entre eles, o SPI ignorou essa relação, criando um sistema de integração dos “mais mansos” (Tembé) com os “mais brabos” (Ka’apor). Vê-se aí a identidade e dinâmica social indígena sendo ignorada, refutada ou desconsiderada e, portanto, (re)classificada de modo arbitrário com o objetivo de unir artificialmente grupos que originalmente não teriam como constituir uma unidade. E foi assim que os Ka’apor e os Tembé passam a conviver em “harmonia” ou, como dizia Patika Tembé: “aí pronto, aí acabou a briga, para terminar essa briga, ficou tudo manso”.

Além de controlar pessoas e identidades, e estimular a interação entre grupos “brabos” e “mansos”, criando entre eles certa homogeneidade, o SPI pretendia, principalmente, facilitar sua ação indigenista entre os diferentes grupos étnicos e incursão nos territórios tradicionalmente pertencentes a esses povos. A ideia era criar condições para que grupos até então antagônicos pudessem conviver em um único território, restringindo o espaço e criando limites de circulação. Veremos a seguir, por meio dos conflitos e resistências Tembé, como a territorialidade vai dar outra dimensão a estas imposições do Estado-nação.

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE

O processo de homologação da TIARG foi longo. A área indígena havia sido criada e reconhecida, mas não foi homologada. Sem isso, os Tembé corriam o risco de ser impedidos de fazer uso dos recursos do território, vendo ameaçada, portanto, a própria reprodução do grupo. É do conflito pelo controle do território que podemos compreender a organização social e política do grupo. É através dessas disputas pela terra que se fortalece, também, a indianidade Tembé e as novas territorialidades. O processo de delimitação da área indígena Tembé se iniciou na década de 1970 e só foi concluído nos anos de 1990, quando a terra foi homologada pelo Decreto n.º 011, de 04 de outubro de 1993. Do início ao fim, muitas foram as lutas e os processos judiciais que resultaram em longas interrupções do trabalho e protelaram sua conclusão. Não foram poucos os enfrentamentos com colonos, empresários, madeireiros, políticos e tantos outros agentes que incidiram sobre o processo de homologação, seja para contribuir ou para impedir a demarcação da área.

Um dos conflitos mais importantes, e que se encontra vivo na memória dos Tembé no Guamá, está relacionado ao caso da fazenda de Mejer Kabacznik, que se apropriou de uma extensão do território Tembé. Essa fazenda foi o principal foco de conflito pela posse da terra

na região do Guamá, sobretudo após a construção de uma estrada que cortava aquela área da TIARG e ligava a fazenda com a vila do Livramento, gerando episódios dramáticos de ameaças, ocupações e trocas de tiros. Em 2017, quando das filmagens do documentário *Os Tembés: cidadãos brasileiros da floresta*, visitamos a fazenda que naquele momento havia sido “devolvida” aos Tembés, por determinação judicial. Segundo o cacique Naldo Tembés, que nos acompanhou até a fazenda:

A gente tamos aqui é, pra mostrar a fazenda que a mais de 40 anos a gente vem, vem lutando por isso e só agora a gente tomou conta dela, sendo que aqui aonde foi o foco da, da invasão né, onde nós Tembés sofremos mais de 40 anos. Que aonde nós tamo verificando as, as percas e ganhos né. Aqui, pra vocês verem, a sede quando nós retomamos aqui foi toda destruída. Hoje, pode considerar a fazenda Tembés né, que hoje tudo o que tem aqui é nosso (Fala do cacique Naldo Tembés. Extraída do documentário OS TEMBÉS: CIDADÃOS BRASILEIROS DA FLORESTA, 2017, trecho: 24min28s a 25min16s).

Outro caso emblemático, que de certo modo se conecta com a questão da fazenda Mejer, encontra-se registrado em recortes de jornal de 1988 e 1989. Neles, foram noticiadas as tentativas de desmembramento da atual área correspondente a TIARG e as medidas tomadas pelos Tembés para obstaculizar essa decisão. Encabeçado pelo então ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, o político paraense Jader Barbalho, do PMDB, o projeto visava criar duas colônias indígenas no Guamá e Gurupi, onde se concentravam as aldeias Tembés, e liberar o centro da área para o assentamento de famílias camponesas. Isto possibilitou a entrada de muitos colonos na terra indígena que acabaram por ali se fixando.

Este evento foi justificado, mais uma vez, pelo não reconhecimento dos Tembés como indígenas “legítimos” e em processo de transformação em “índios misturados”, reforçado o discurso governamental de que os Tembés não precisariam de tantas terras para sobreviverem, e que as mesmas poderiam ser liberadas para a reforma agrária. Porém, ainda que o Estado buscasse circunstanciar essa outra questão de suma importância, acabou criando novo problema e intensificando os conflitos já latentes entre indígenas e colonos. Mas, da mesma forma, os jornais noticiavam a extensa luta dos Tembés para frear este plano de desmembramento de suas

terras e reafirmar sua identidade étnica, visando com isso defender o território da então RIARG que à época passava por processo de demarcação pela FUNAI.

O plano de desmembramento não foi efetuado, e a Terra Indígena Alto Rio Guamá foi reconhecida, e homologada em 1993. No entanto, durante esse período entre as “invasões” e a homologação da TIARG, se amplia a organização política dos Tembé, que passam a construir uma dinâmica rica e complexa de fortalecimento da cultura e da indianidade. Em ambos os grupos o que se viu foi o fortalecimento da indianidade e uma contínua ampliação da rede de relações e parcerias por meio das quais os dois grupos se associaram em sua luta pela defesa, homologação e domínio da TIARG.

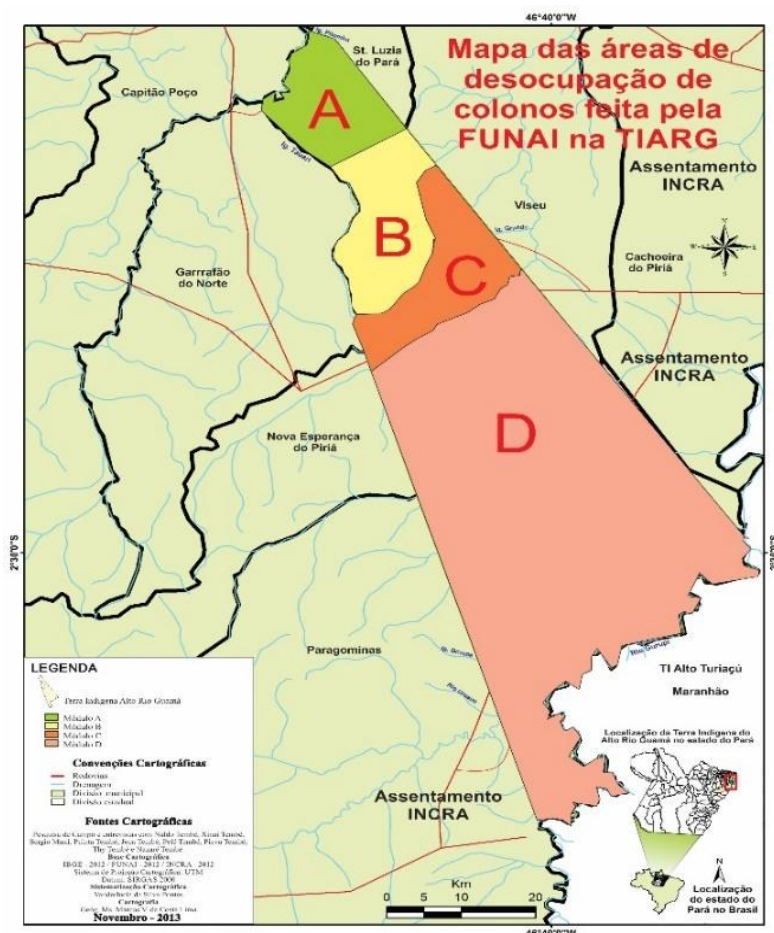
Em 1991, sofrendo renovadas pressões, os Tembé, Ka’apor e Timbira pedem à FUNAI que retire os posseiros do Rio Coaraci-Paraná e realize levantamento fundiário. Exigem também providências quanto ao processo Mejer, fazendeiro que havia invadido 11 mil hectares floresta a dentro da TIARG. Um ano mais tarde, percebendo que suas solicitações estavam sendo ignoradas e que os “invasores” avançavam, mais e mais sobre a TIARG, os Tembé iniciam por conta própria a fiscalização da área e detêm madeireiros na aldeia de modo a chamar a atenção dos órgãos oficiais. O trecho a seguir, da entrevista com o cacique Kelé, da aldeia Zuawuru, uma das “velhas lideranças” que iniciou o processo de organização política do grupo, dá dimensão de como se iniciou a luta dos Tembé.

Vanda: Então seu **Kelé**, eu queria que o senhor me explicasse como começou essa luta pela terra de vocês. **Kelé:** Ela começou através da gente tá sendo imprensado por invasor. Por exemplo, quando ele começou a invadir, a gente começou a ter uma luta sem experiência na época, porque a gente não tinha, não sabia como começar, mas a gente começou... **Vanda:** Mas quem começou? **Kelé:** Eu comecei. Ai a gente teve um processo, separamos a invasão da mata, a gente começou a levar a Polícia Federal pra lá, em 86. Pra mim foi um trunfo muito grande, uma experiência muito grande. **Vanda:** E como o senhor enfrentava os invasores? **Kelé:** A gente tocava fogo na roça deles e conversava com eles pra não passarem e que o governo ia tomar conta, e aconteceu uma briga muito grande, mas era uma briga que não aconteceu morte nem de índio, nem de invasor (Entrevista realizada com Kelé Tembé, aldeia Zuawuru, em 18 de setembro de 2013).

No decorrer da homologação da TIARG, e mesmo após a sua conclusão, intensificam-se inúmeras ações dos Tembés do Guamá e do Gurupi, que terão sobre o território efeitos dos mais marcantes. Uma das primeiras atitudes diz respeito à reapropriação da TIARG. Assim, os Tembés foram criando e recriando oportunidades e aprendendo a utilizar inúmeros recursos políticos, sociais, simbólicos, que permitiram a ambos os grupos proceder com a defesa do território. O processo pelo qual se iniciou a desapropriação das terras ocupadas pelos “invasores” e a reocupação da TIARG pelos Tembés deu-se em quatro etapas, sendo a TIARG dividida em quatro módulos, de acordo com orientações da FUNAI.

O módulo A, que abrange a área do rio Guamá até o início da fazenda de Mejer; o módulo B, do início da fazenda do Mejer até o Igarapé Santo Antônio; o módulo C, do Igarapé Santo Antônio até o rio Piriá; e o módulo D, do rio Piriá até o rio Gurupi, como podemos ver no mapa da Figura 02. A desocupação dos “invasores” se iniciou pelo módulo A, com retirada das famílias da antiga Vila Bacaba, onde foi criada uma nova aldeia, hoje denominada de aldeia Pinawá. O maior e mais difícil conflito enfrentado pelos Tembés para a reapropriação da TIARG foi o de retirada da área indígena do fazendeiro Mejer, que se instalou na área de transição do módulo A para o módulo B. Sua permanência na área ocasionou grandes perdas para os Tembés e suas consequências continuam a se fazer sentir até os dias de hoje. O processo para a desocupação da área pelo fazendeiro tramitou na justiça de 1979 até 2013, com ganho de causa para os Tembés e “desintrusão” da área em 2014.

Figura 02: Mapa das áreas de desocupação da TIARG realizada pela FUNAI



Fonte: Notas de campo (2013); cartografia de Marcos Vinícius da Costa Lima.

Enquanto isso, no módulo D, entre o rio Coaraci-Paraná e o rio Gurupi, onde a área é mais preservada e onde não havia tanta ocupação até as décadas de 70 e 80, várias famílias se concentraram e constituíram pequenas vilas, ampliando também a plantação de *Cannabis sativa* ao longo do rio Coraci-Paraná. Um trecho da entrevista feita com o cacique Joca, “velha liderança” dos Tembé do Guamá, ajuda a entender como se desenrolou o processo de desocupação na região:

Vanda: Qual foi a atitude da FUNAI? **Joca:** Tirar os colonos pra colocar em outras terras. **Vanda:** Mas tiraram de que área? **Joca:** Dessa área aqui do módulo A. **Vanda:**

Que era próximo das aldeias que vocês estavam. **Joca:** É. Dividiram em módulo, A, B, e C. **Vanda:** Essa área onde ficava a CIDAPAR também? **Joca:** Ficaram aqui na costela dele [refere-se ao Rio Piriá]. A CIDAPAR é uma fazenda, uma empresa, eu acho que não teve, se ela ocupou um pedaço, ela não fez tanta briga por essa parte, quem fez foi o Mejer. **Vanda:** E onde fica o do Mejer? **Joca:** Deixa eu fazer aqui...bem aqui assim [mostra no mapa] ele tem a fazenda beirando o Piriá e fez entrar pra cá, 18km. **Vanda:** Ai começaram a dividir o módulo A, B, C e D. **Joca:** Tiraram do módulo A e um pedacinho do B, foram remanejados os colonos, em 92 foi feito o cadastro. **Vanda:** E pra onde eles foram? **Joca:** Não sei te dizer, Paragonorte, para as comunidades. Em 92 foi feito levantamento fundiário, foi conversado com a comunidade, com INCRA, foi feita uma reunião entre FUNAI, INCRA e ITERPA pra fazer levantamento em conjunto, FUNAI, PF, INCRA, ITERPA e membros da comunidade. Eu acompanhei, pra ver quantas pessoas tinha dentro da área (Entrevista realizada com Joca Tembé, aldeia Ytahú, em 25 de julho de 2013).

Segundo assinala Paul Little (2006, p. 91): “Conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. O enfoque proposto pelo autor, que busca aproximar a antropologia/etnografia e os paradigmas da ecologia política, permite melhor precisar as relações e interações entre os atores sociais nas situações de conflito, suas disputas e reivindicações em torno dos recursos naturais disponíveis no território e as redes de poder acionadas nesses processos, que se constroem em diferentes níveis (local-regional-nacional-global), em um trânsito que formam *escalas fractais* (LITTLE, 2006, p. 96), e se situam em contextos históricos e ambientais específicos, como podemos ver no caso Tembé.

Não foi por acaso, portanto, que da década de 1970 para cá, quando foi acelerado o processo das “invasões” na área indígena, os Tembé passaram a recorrer de modo mais intenso e frequente ao conhecimento tradicional que Verônica adquirira. Por meio dele, a cultura Tenetehar é dinamizada e transmitida ao grupo. Intensificam-se os rituais, as danças os cantos, sendo cada vez mais transpostas para o mundo externo à aldeia as práticas e os “costumes” Tembé. Era apenas o início de um longo processo. Nos anos subsequentes, e nas décadas de 1980 e 1990, liderados por Verônica Tembé e aliados aos Ka’apor, Timbira e Guajajara, os Tembé do Gurupi foram fortalecendo suas estratégias internas na vigilância do território e criando, às vezes com a força das próprias mãos, os mecanismos para expulsar os “invasores”

da TIARG. Além disso, como sabemos, estabeleceram também uma forte aliança com os Tembé do Guamá na garantia da homologação da área indígena.

Nessa concertação para mostrar que suas reivindicações são legítimas, os Tembé criam “novas aldeias”, renominam-as com nomes tradicionais e estabelecem formas de controle e domínio do território. Os Tembé do Guamá e do Gurupi optaram por estratégias diferentes, mas não agiram isoladamente. Nelson Tembé, do Gurupi, por exemplo, passou seis meses nas aldeias do Guamá, ensinando os cânticos, as danças, os jogos de flecha e a língua tenetehar (ALONSO, 1996). O apoio e as orientações de Verônica Tembé (do Gurupi), que se afirmara como a referência da cultura e da “tradição Tembé”, também foram fundamentais para a reafirmação da indianidade dos Tembé do Guamá. Foi ela quem definiu os nomes das “novas aldeias” e corrigiu as distorções introduzidas por Dílson Marinho (agente de Posto da FUNAI na aldeia Sede), que levou às aldeias do Guamá costumes, práticas e um dialeto pertencente aos Wajãpi, povo indígena Tupi com o qual conviveu no Amapá.

As estratégias de reocupação da TIARG dos Tembé do Guamá e do Gurupi acionam o recurso da indianidade e da referência cultural, para legitimar o seu uso. Os mecanismos e as formas como cada conjunto de aldeia fazem para garantir o direito ao território, no entanto, têm repercussões diferentes entre um bloco de aldeia e outro (PONTE, 2016). Do lado dos Tembé do Guamá, verifica-se uma maior abertura e um mecanismo de ampliação das influências externas ao mundo vivido na aldeia. Do lado do Gurupi, há maior resistência e uma tentativa constante de retomar velhos ensinamentos e fortalecer laços internos.

Vemos assim, conforme sinaliza Porto-Gonçalves (2012) em sua análise acerca da dominação das terras ancestralmente ocupadas, como foi o caso do território Tembé, que as práticas de resistências e r-existências, ao longo do histórico de conflito, redefiniram outras territorialidades para além das estruturas hegemônicas de poder/saber que foram circunscritas nos territórios usurpados, evocando novos arranjos e impondo entendimentos emancipatórios das relações sociais que se conformavam naqueles espaços da colonialidade.

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, *o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização.* Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 42, grifo nosso).

Essa tríade território-territorialização-territorialidade é importante, na análise de Carlos Walter Porto-Gonçalves, para dimensionar a conexão entre os espaços e as sociedades humanas: estas os apropriam e instituem sobre eles suas referências territoriais, ao passo que são igualmente constituídas a partir dos arranjos definidos nos mesmos. Nessa relação complexa entre espaço territorializado e sociedade, porém, como frisa o autor, os processos de resistência e resiliência dos grupos subalternizados, e suas constantes reivindicações territoriais, contribuem por desnaturalizar as estruturas hegemônicas de poder circunscritas, e mascaradas, no cerne dos territórios sociais, conferindo-lhes outros sentidos.

Nesse horizonte, a territorialidade pode ser compreendida como um fenômeno político e cultural articulado por atores e coletivos marginalizados pela colonialidade, e que “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162). Assim, segundo enfatiza Claude Raffestin, o território e a territorialidade são expressos e engendrados desde as malhas cotidianas e redes de poder vivenciadas pelos sujeitos em seu quadro de trocas materiais, simbólicas e ideológicas, que moldam e transformam suas interações sociopolíticas e os conflitos no espaço territorializado, bem como em suas fronteiras e limites de influência.

Atualmente, percebe-se dois movimentos contrários em relação ao grupo de aldeias. No Guamá, as lideranças observando o grande desmatamento que atingiu sua área iniciam várias articulações com as Universidades, prefeituras e órgãos estatais, no sentido de recuperar as áreas degradadas no território. Com isso, desenvolvem projetos de mapeamento das plantas medicinais, de recuperação e despoluição do rio Guamá, projetos de agroecologia para

formação técnica e fiscalização da área por meio de satélite. Já no Gurupi, observa-se uma maior incidência de madeireiros floresta a dentro e certa intensificação dessa exploração, sem que as lideranças do Gurupi consigam detê-la totalmente. Em conversa com Tarril Tembê, jovem morador da aldeia Sede, no Guamá, essas preocupações envolvendo a defesa do território e conservação do meio ambiente na TIARG ficam mais evidentes:

Vanda: E, uma última pergunta Tarril, tu acha que existiria o Tarril Tembê sem esse lugar aqui, essa terra? Vai poder existir ainda o Tarril sem isso aqui? **Tarril:** Pra lembrar de existir, pode até existir, mas não o mesmo, né. Porque como, como eu falei no início, tenho 24 anos, então eu to já bastante acostumado nessa terra, nasci e me criei aqui, então pra me dizer que isso vai se acabar e eu vou embora pra outro lugar, eu acho que eu não consigo me adaptar noutro lugar não. **Vanda:** Existe Tembê sem isso aqui? **Tarril:** Acho que não. É acabar com essa terra, acabar com os Tembê! **Vanda:** Por que? **Tarril:** Porque os Tembê, na verdade todos os índios, necessitam de uma terra, pra manter sua cultura, pra manter seus costumes. Sem a terra não há pássaros, não há floresta, não há animais pra gente fazer o que a gente precisa nas nossas festa. Então eu acho que não existe não vai, acaba os Tembê (Entrevista realizada com Tarril Tembê, aldeia Sede, em 06 de agosto de 2017).

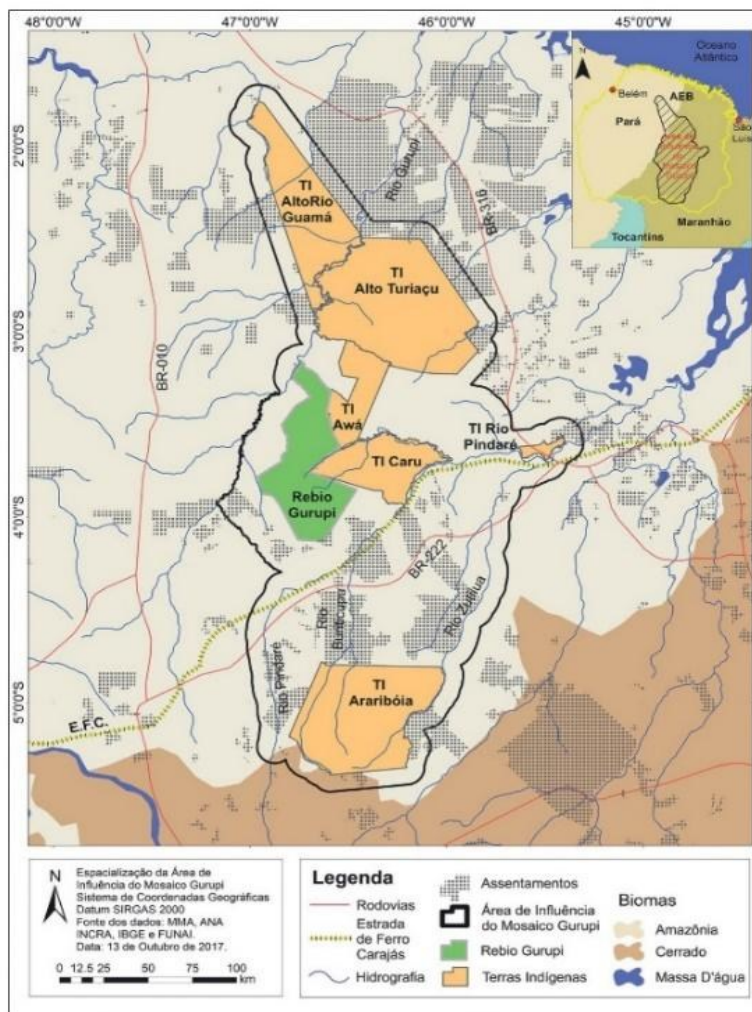
Em vistas disso, cientes e ciosos dessas ameaças que a perda da massa florestal pode ocasionar para a reprodução cultural do grupo, as lideranças do Gurupi e do Guamá inserem-se no debate acerca dos planos de manejo da região denominada “Mosaico Gurupi”, a qual a TIARG compõe. O “Mosaico Gurupi” está localizado no centro da Área de Endemismo Belém, região amazônica que apresenta uma grande diversidade biológica e espécimes endêmicos de fauna e flora. Sua extensão espacial está demarcada entre os rios Tocantins, a oeste no estado do Pará, e Pindaré, a leste no estado do Maranhão, compreendendo “uma área de 243.000 km², contemplando 27 unidades de conservação, 14 terras indígenas e 147 municípios (62 no Estado do Pará e 85 no Maranhão)” (ALMEIDA; VIEIRA, 2010, p. 97).

Essa região, uma das primeiras zonas de ocupação colonial na Amazônia e de expansão das fronteiras agropastoris, apresenta um nível acentuado de desmatamento e redução de sua cobertura vegetal primária, cerca de 76%, e forte degradação ambiental, acompanhados por contextos de violência nos territórios de povos indígenas e populações tradicionais (ALMEIDA; VIEIRA, 2010; CELENTANO et al., 2018). Buscando transformar este cenário,

as ações para a criação e reconhecimento legal do “Mosaico Gurupi” têm sido muito importantes no intuito de estabelecer novos processos de recuperação ambiental e conservação da biodiversidade, no intuito de formação de um corredor ecológico que conecte os remanescentes florestais da região.

Segundo nos aponta Danielle Celentano et al. (2018), o “Mosaico Gurupi” compreende uma área entre o leste do Pará e o oeste do Maranhão, cortado pelo rio Gurupi, onde estão localizadas seis Terras Indígenas – TI Alto Rio Guamá (PA), TI Alto Turiaçu (MA), TI Awá (MA), TI Caru (MA), TI Arariboia (MA) e TI Rio Pindaré (MA) –, além da Reserva Biológica Gurupi (REBIO Gurupi), somando 17,9 mil km², conforme a Figura 03. Além da grande diversidade biológica, o Mosaico Gurupi agrega ainda uma extensa complexidade sociocultural devido aos muitos povos indígenas (Tembé, Awá-Guajá, Ka’apor, Timbira, Guajajara etc.), comunidades quilombolas e outras populações tradicionais habitantes desta região e/ou que ali realizam o manejo sustentável dos recursos ambientais.

Figura 03: “Mosaico Gurupi”, Área de Endemismo Belém, Amazônia Legal



Fonte: CELENTANO et al., 2018, p. 317.

A inserção dos Tembés nesses debates do corredor ecológico do “Mosaico Gurupi” retoma a dinamicidade de interação dos diversos povos e comunidades na fronteira Pará-Maranhão e reafirma processos históricos de contato e aliança entre esses povos, seus saberes e práticas de uma rica sociodiversidade ainda presente nos dias atuais. As medidas e retóricas do atual Governo Federal, que defende a integração dos indígenas à sociedade nacional,

retrocede a um discurso já superado com a Constituição de 1988. Além disso, medidas para liberar as Terras Indígenas e os territórios de comunidades quilombolas e tradicionais, bem como Unidades de Conservação, para as atividades econômicas de grande porte, como a mineração e o agronegócio, têm fortalecido novos arranjos políticos entre os povos indígenas e essas populações tradicionais, permitindo a retomada de antigas alianças na região de fronteira entre o Pará e o Maranhão, assim como em outras da Amazônia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, desta forma, que o contato interétnico e o diálogo intercultural margeiam os territórios, as territorialidades e identidades erigidas pelos povos indígenas na fronteira Pará-Maranhão, bem como por outras populações tradicionais. Como salientado por Little (2002), o espaço biofísico é transformado em “território étnico”, onde os processos de ocupação, controle e manejo dos recursos ambientais acionam e reforçam os elementos diacríticos da identidade, justificando o direito ancestral a viver naquele território partilhado com outros saberes e práticas e diferentes povos. Para tanto, ressaltamos, deve-se levar em consideração as especificidades históricas experimentadas pelos grupos em questão, sobretudo no tocante aos processos sociopolíticos, para compreender o papel simbólico destas lógicas territoriais que são engendradas para manter viva a memória de alianças e sociabilidades entre os povos e as comunidades dessa região de fronteira.

As experiências de conflitos e as alianças entre os Tembé do Guamá e Gurupi e outros povos da fronteira Pará-Maranhão demarcaram grandes rupturas com a política indigenista e seu poder tutelar, permitindo fortalecer a positividade da indianidade e romper com o estigma da “mistura”, permitindo aos Tembé acionarem o recurso da indianidade e da referência cultural, para legitimar o uso e usufruto do território. Os mecanismos e as formas como cada conjunto de aldeia fazem para garantir o direito ao território, no entanto, têm repercussões diferentes entre um bloco de aldeia e outro. No entanto, ambos os grupos de aldeias acionam a

memória das “aldeias velhas” e as renomeiam as antigas áreas de forma a produzir novas territorialidades. É a criação das novas aldeias em referência as “velhas aldeias”, assim como os ensinamentos de Verônica Tembé, considerada a grande referência cultural desse povo, que permitem novas territorialidades e o retorno ao passado.

Desta feita, os Tembé dinamizam constantemente sua territorialidade como resposta efetiva às pressões e tentativas de intervenção da sociedade envolvente ocidentalizada, como tem ocorrido recentemente através das investidas do atual governo nas terras indígenas e comunidades quilombolas. Por meio de interesses comuns, os Tembé e outros povos e comunidades da fronteira Pará-Maranhão engajam-se na defesa do corredor ecológico no denominado Mosaico Gurupi e retomam antigas alianças, de forma a garantir dinamicidade cultural, retomada de antigos laços de solidariedade e de relações econômicas, políticas e sociais nessa região.

Nesse horizonte, as fronteiras da TIARG são reestruturadas de forma fluida e extrapolam esse espaço físico e simbólico demarcado pelo Estado-nação, conferindo outros sentidos etno-espaciais que desconstroem, e até certo modo solapam, as estruturas da colonialidade projetada sobre tais territórios. E nessas fronteiras culturais, simbólicas e sóciocósmicas estabelecidas entre o Eu e o Outro, os exercícios da alteridade Tembé são engendrados e colocados em evidência, passando a incidir sobre sua unidade sociopolítica e territorial, e onde as categorias de identidade e cultura ganham seus contornos mais expressivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arlete Silva de; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Centro de Endemismo Belém: status da vegetação remanescente e desafios para a conservação da biodiversidade e restauração ecológica. **Revista de Estudos Universitários – REU**, v. 36, n. 3, p. 95-111, dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/501/502>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ALONSO, Sara. **Os Tembés de Guamá: o processo de constituição da cultura e identidade Tembés**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. 224f.

CALENTANO, Danielle et al. Desmatamento, degradação e violência no “Mosaico Gurupi” – A região mais ameaçada da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v32n92/0103-4014-ea-32-92-0315.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativa na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém, NAEA, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB/Série Antropologia, 2002. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie322empdf.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2017.

LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor. **Tikunas brasileiros, colombianos e peruanos: etnicidade e nacionalidade na região das fronteiras do Alto Amazonas/Solimões**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2014.

OS TEMBÉ: CIDADÃOS BRASILEIROS DA FLORESTA. Produção de Vanderlúcia da Silva Ponte e Jean François Mattaud; idealização de Philippe Plas e Piná Tembé. Belém: UFPA/Bragança; Paris: Rataf Association, 2017. 1 DVD (63 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rpCA8pZnwX0&t=2408s>. Acesso em: 27 out. 2017.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. **Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro!: “saúde diferenciada”, território e indianidade na ação pública local**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. 330f.

_____. Território (híbrido) e territorialidade Tenetehar-Tembé. In: TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes da; ESTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luiz: EDUFMA, 2016, p. 95-128.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios na América Latina/Abya Yala**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

_____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENÑA, Ana Ester (Org.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 37-52.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. **Territórios e r-existências indígenas no nordeste paraense: o caso dos Tenetehar-Tembé (1930-1945)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História/Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2019. 80f.

SALES, Noêmia Pires. **Pressão e resistência: os índios Tembé-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território**. Belém: UNAMA, 1999.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. **Os índios Tenetehara: uma cultura em transição**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.